

EXEMPLAR N.º
DFin
31MAR08

DIRECTIVA N.º 1/DFin/08

ASSUNTO: DIRECTIVA DE PLANEAMENTO PARA 2008

- REF.^{as}** : a) Dec. Lei n.º 61/2006, de 21Mar (Lei Orgânica do Exército).
b) Decreto-Regulamentar n.º 74/2007, de 02Jul (Atribuições, competências e Estrutura dos OCAD).
c) Lei n.º 67-A/2007, de 31Dez07 (Orçamento do Estado para 2008).
d) Directiva n.º 90/CEME/07, de 27Mar.
e) Directiva n.º 10/QMG/08, de 26Fev.

1. SITUAÇÃO

a. Geral

(1) Economia Mundial

Na primeira metade de 2007, o enquadramento económico internacional caracterizou-se pela manutenção das tendências observadas em 2006, nomeadamente por um crescimento robusto da actividade económica e comércio mundiais, num quadro de políticas monetárias menos acomodáticas e de condições globalmente favoráveis nos mercados financeiros. Estas últimas alteraram-se significativamente durante o verão, devido a uma mudança abrupta da percepção do risco nos mercados financeiros internacionais desencadeada pela continuada

Directiva|DFin|2008

deterioração do mercado habitacional nos Estados Unidos e por preocupações acrescidas relativamente à dimensão e distribuição das perdas no mercado hipotecário de alto risco.

Estes desenvolvimentos conduziram a um aumento acentuado da incerteza em torno da evolução do enquadramento económico no futuro próximo. Não obstante, as implicações para o crescimento da economia mundial deverão ser mais evidentes em 2008, estimando-se um impacto limitado no conjunto de 2007.

A actividade económica e comércio mundiais mantiveram um ritmo de expansão robusto na primeira metade de 2007, reflectindo o continuado dinamismo das economias de mercado emergentes e um abrandamento da actividade na generalidade das economias avançadas, que registaram, no entanto, ritmos diferenciados de crescimento. A variação homóloga do PIB mundial situou-se em cerca de 5 por cento nos dois primeiros trimestres de 2007, ligeiramente abaixo do crescimento médio em 2006.

(2) Economia Portuguesa

A economia portuguesa em 2007 caracterizou-se por uma aceleração do investimento empresarial e por uma expansão significativa das exportações de bens e serviços. Adicionalmente, a economia portuguesa retomou, em 2007, o processo de ajustamento do desequilíbrio das contas externas. Para esta evolução contribuiu, por um lado, a continuação do processo de consolidação orçamental, superando mesmo os compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, por outro lado, a manutenção de um crescimento moderado do consumo privado.

-RESERVADO-

"No 2º trimestre de 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,6% em volume face ao período homólogo de 2006, desacelerando relativamente ao trimestre anterior (2,0%). Este abrandamento esteve associado à evolução da procura externa líquida, cujo contributo para o crescimento do PIB passou de 1,9 pontos percentuais (p.p.) no 1º trimestre para 0,5 p.p. no 2º trimestre. Em sentido diverso e fundamentalmente em virtude do crescimento do Investimento, aumentou o contributo da procura interna para cerca de 1,1 p.p. (0,1 p.p. no 1º trimestre). Relativamente ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,5 %."

As perspectivas para a economia nacional apontam para a manutenção da recuperação da actividade económica no período de 2008-2009, acompanhada por uma descida da inflação.

No que respeita às necessidades de financiamento da economia Portuguesa, medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e capital, as actuais projecções contemplam uma redução de 8.2 por cento do PIB em 2007 para cerca de 7.3 por cento em 2008 e 6.4 por cento em 2009.

A taxa de inflação, medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá ter diminuído para 2.4 por cento em 2007 (3.0 por cento em 2006). As actuais projecções apontam para a manutenção da taxa de inflação em 2008 num nível próximo do estimado para 2007.

As perspectivas para a economia portuguesa apontam para a manutenção da recuperação da actividade económica no período 2008-2009, acompanhada por uma descida da inflação para valores próximos

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

de 2 por cento no final do horizonte. Esta projecção traduz-se numa redução das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, que reflecte a inversão da trajectória de queda da taxa de poupança das famílias, bem como a continuação da redução das necessidades de financiamento das administrações públicas.

(3) Orçamento do Estado para 2008

A estratégia orçamental para 2008 assenta em três linhas de força essenciais:

- (a) Primeiro, prosseguir a política de rigor orçamental tendo em vista aprofundar a consolidação das contas públicas e a redução do peso da despesa pública na economia;
- (b) Segundo, apoiar a recuperação e reestruturação em curso da actividade económica e da criação de emprego;
- (c) Terceiro, apoiar os cidadãos e as famílias, reforçando a sua capacidade de participação no esforço colectivo de criação de riqueza, na modernização da sociedade portuguesa, no exercício da sua cidadania e na partilha das melhorias de bem-estar.

b. No Comando da Logística

A Directiva em referência e) difundiu orientações, prioridades e linhas de acção a desenvolver pelas Direcções Logísticas e pelas UEO na sua dependência.

Objectivos para 2008:

(1) Objectivos Principais

- (a) Desenvolver uma oportuna e adequada acção de comando, em todos os níveis e escalões hierárquicos do Cmd Log, no âmbito dos diversos Comandos, Direcções e Chefias;
- (b) Maximizar a execução financeira anual dos programas e actividades da LPM, PIDDAC, I&D e LPIM (esta, após a sua entrada em vigor), e contribuir, com a devida antecedência, para a definição do Plano Anual de Aquisições para 2009;
- (c) Garantir a eficiente fiscalização e inspecção dos requisitos técnico-operacionais, na fase de recepção, das VBR 8x8 e dos CC Leopard 2A6;
- (d) Consolidar os requisitos logísticos no âmbito das infra-estruturas e do reabastecimento e da manutenção, com vista à recepção das VBR 8x8 e dos CC Leopard, e iniciar as necessárias intervenções, de acordo com a programação estabelecida;
- (e) Garantir as mais adequadas acções com vista ao apoio no levantamento, aprontamento, projecção, sustentação e retracção das FND, OMLT, NRF e BG, planeando e executando todas as acções de carácter logístico, em particular as associadas à operação de retracção da FND no TO do AFEGANISTÃO, a partir de Jul08, com ênfase no transporte do pessoal, do material e do equipamento;
- (f) Garantir o apoio logístico indispensável ao levantamento do GAC 15.5, orgânico da BrigInt, no RA5;

- (g) Planear e desencadear todas as acções de âmbito logístico inerentes às transferências do RI1 para TAVIRA e do CTCmds para a SERRA DA CARREGUEIRA;
- (h) Consolidar o Novo Sistema de Gestão de Alimentação no Exército, identificando eventuais disfunções ou lacunas, para correcção e introdução das necessárias correcções e melhorias.

(2) Objectivos Complementares

- (a) Prosseguir, em função das orientações superiores resultantes da aplicação do SIG/MDN, o Plano de Implementação do Sistema Logístico Unitário;
- (b) Planear e concretizar o Plano de Obras do Exército, de acordo com as prioridades definidas, explorando as possibilidades consagradas na LPM e na LPIM, bem como noutras fontes de financiamento, a definir;
- (c) Adoptar medidas de racionalização do funcionamento dos HM e CS, em função de um universo mais ajustado de utentes e das capacidades e recursos humanos existentes, com vista a captar sinergias, obter ganhos de eficiência e otimizar custos;
- (d) Garantir o ajustamento entre a proposta de orçamento anual e o planeamento das actividades logísticas do Exército, em sede de SIG;
- (e) Implementar um sistema de contabilidade analítica em duas unidades-piloto do Exército, procedendo ao levantamento do modelo base para a repartição de custos, e aferindo todas as

condicionantes, para a sua integral e posterior implementação nas U/E/O do exército;

- (f) Planear e conduzir todos os processos aquisitivos com rigor, objectividade e oportunidade, aperfeiçoando o respectivo modelo de decisão;
- (g) Implementar as medidas e procedimentos no âmbito da Prevenção de Acidentes, da Segurança e Higiene no Trabalho e da Protecção Ambiental;
- (h) Aperfeiçoar e incrementar, substancialmente, o conteúdo das páginas das Dir Log e das U/E/O do Cmd Log, na Intranet do Exército;
- (i) Rever e adaptar as Normas de Execução Permanente (NEP) do Cmd Log e das Dir Log, tendo em atenção as alterações ocorridas e associadas ao processo de transformação do Exército;
- (j) Promover as acções de Qualificação e Formação dos recursos humanos que servem no Cmd Log, no sentido de reforçar a sua iniciativa, coesão e motivação.

c. Na Direcção dos Serviços de Finanças

(1) Organização

A DFin compreende actualmente a seguinte orgânica:

- (a) Director;
- (b) Subdirector;
- (c) Repartição de Auditoria;
- (d) Repartição de Gestão Orçamental;

- (e) Repartição de Informação, de Gestão Financeira e Contabilidade;
- (f) Repartição de Apoio Geral.

(2) Meios

(a) Humanos

1. Os meios humanos necessários ao cumprimento da missão são estabelecidos num quadro orgânico que se encontra deficitário em pessoal (militar e civil), pelo que se devem continuar a envidar esforços no sentido de promover ao seu preenchimento;
2. Face ao QOP aprovado, o provimento em Oficiais é de 60%, em Sargentos é de 64%, em Praças é de 100% e Civis em 75%;
3. Prevê-se durante 2008 a aposentação de 2 funcionários, ao abrigo da actual legislação;
4. Deve efectuar-se um planeamento das necessidades de pessoal civil, não só para preenchimento do QO, mas também para a substituição de pessoal que tem vindo a reformar-se nos últimos anos. A idade média dos funcionários civis é de 53 anos, tendo a maioria mais de 32 anos de serviço, o que faz antever algumas saídas, a curto prazo, por via da aposentação.

(b) Materiais

Os bens patrimoniais da DFin são constituídos, maioritariamente, por equipamento informático e mobiliário de escritório, o qual está devidamente inventariado e catalogado, devendo ser optimizada a

sua gestão através da utilização do programa de gestão de material disponível.

(c) Financeiros

Os recursos financeiros atribuídos à DFin para o seu funcionamento corrente são suficientes às actividades a desenvolver.

(d) De Informação

A utilização das novas tecnologias, designadamente a Informática, vem dar à informação uma importância relevante, não só pelo conteúdo mas também pela rapidez com que está disponível;

A implementação do SIG implica meios adequados de manuseamento e sua renovação;

Alcançado o objectivo de um PC por cada posto de trabalho deverá ser reforçado e na medida do possível proceder à actualização do software disponível.

(e) De Tempo

O tempo disponível para a execução das diferentes actividades é também escasso, pelo que é conveniente aproveitar a oportunidade para criar formas de acesso directo ao tratamento automático da informação, maximizando o aproveitamento das potencialidades do sistema de gestão documental e estendendo a sua utilização a todos os postos de trabalho.

(3) Formação Técnica

-RESERVADO-

De acordo com o Plano de Formação da DFin, deve continuar a ser dada prioridade à formação de todo o pessoal em serviço na DFin, com especial incidência na área do POCP, auditoria, informática na óptica do utilizador e principalmente na utilização das diversas ferramentas do software *standard* ERP (*Enterprise Resource Planning*) da SAP, no âmbito do projecto SIG.

(4) Logística

No corrente ano, deverão ser mantidas as infra-estruturas efectuando intervenções de carácter pontual.

(5) Finanças

- (a) As dotações do OMDN-E continuam a ser inferiores ao necessário, o que, em alguns casos, provoca a erosão e a escassez dos meios adequados ao cumprimento integral da missão;
- (b) Em termos globais, e comparativamente a 2007 (dotações finais) as disponibilidades orçamentais do OMDN-E destinadas à cobertura das "Despesas de Funcionamento" sofreram uma variação negativa da ordem dos 9,42 %, como se demonstra:

FONTES DE FINANCIAMENTO	OMDN-E07 Corrigido (1)	OMDN-E-08 Inicial (2)	VARIAÇÃO	
			ABSOLUTA (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
DESESPESAS DE FUNCIONAMENTO	588.278.089	537.621.487	-50.656.602	-9,42%
DESPESAS COM PESSOAL	525.500.966	455.982.157	-69.518.809	-15,25%
REMUNER. CERTAS E PERMANENTES	374.094.969	336.901.851	-37.193.118	-11,04%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	43.759.966	40.886.156	-2.873.810	-7,03%
SEGURANÇA SOCIAL	107.646.031	78.194.150	-29.451.881	-37,67%
AQ. BENS E SERVIÇOS CORRENTES	51.785.619	64.210.960	12.425.341	19,35%
AQUISIÇÃO DE BENS	34.813.362	45.734.829	10.921.467	23,88%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16.972.257	18.476.131	1.503.874	8,14%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.520.831	2.242.161	-6.278.670	-280,03%
OUTRAS DESP. CORRENTES	0	12.476.214	12.476.214	100,00%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.470.673	2.709.995	239.322	8,83%

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

-RESERVADO-

- (c) Comparando as necessidades orçamentais mínimas apuradas em sede de Planeamento de Actividades para 2008 (PA/2008), verifica-se um diferencial de – **50.355.596 €**, face à inscrição orçamental inicial para 2008, líquida de cativações, conforme ilustra o quadro seguinte:

FONTES DE FINANCIAMENTO	OMDN-E-08	PA / 2008	SUBORÇAMENTAÇÃO	
	Inicial	Nec. Mínimas	MONTANTE	%
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=(3)/(2)
DESEMPESAS DE FUNCIONAMENTO	537.621.487	575.500.866	-37.879.379	-6,58%
DESPESAS COM PESSOAL	455.982.157	506.337.750	-50.355.593	-9,95%
REMUNER. CERTAS E PERMANENTES	336.901.851	377.830.363	-40.928.512	-10,83%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	40.886.156	40.886.156	0	0,00%
SEGURANÇA SOCIAL	78.194.150	87.621.231	-9.427.081	-10,76%
AQ. BENS E SERVIÇOS CORRENTES	64.210.960	64.210.960	0	0,00%
AQUISIÇÃO DE BENS	45.734.829	45.734.829	0	0,00%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	18.476.131	18.476.131	0	0,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.242.161	2.242.161	0	0,00%
OUTRAS DESP. CORRENTES (Cativos DGO)	12.476.214	0	12.476.214	
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.709.995	2.709.995	0	0,00%

2. TAREFAS

- Prossegue o desenvolvimento das actividades do Exército no domínio da administração dos recursos financeiros, de acordo com o enquadramento legal vigente e os planos e directivas superiores;
- Realiza auditorias, de acordo com o Plano Anual de Auditorias aprovado superiormente, segundo a nova e adequada metodologia (Circular 15, de 04Dec06);
- Colabora na elaboração e apresenta, até Julho de 2008, a proposta consolidada de Orçamento do Exército para 2009, garantindo o ajustamento com o Plano Anual de Actividades, elaborado em sede de SIG/MDN;

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

-RESERVADO-

- d. Dá cumprimento ao princípio da especialização, preconizado no POCP, pela correcta contabilização dos imobilizados adquiridos e utilização do módulo de Gestão de Imobilizado (AA) do SIG/MDN;
- e. Carrega, em sistema, os centros de custo e de lucro após aprovação dos Quadros Orgânicos em falta, perfazendo toda a estrutura orgânica do Exército e de acordo com o BBP do Bloco 2.1 – Contabilidade Analítica;
- f. Redefine os tipos de centros de custo, de acordo com as necessidades e especificidades das UEO e sensibiliza estas para a imputação dos custos nos centros de custo respectivos;
- g. Implementa um sistema de contabilidade de custos em duas unidades-piloto do Exército, procedendo ao levantamento do modelo de base para a repartição de custos e aferindo todas as condicionantes, para a sua integral implementação nas UEO do Exército;
- h. Centraliza e cumpre com todas as obrigações fiscais (retenções de IRS, IVA, Mapas Recapitulativos, Modelo 10);
- i. Consolida o processo de elaboração de um relatório mensal que de forma exaustiva evidencie a evolução dos encargos com as FND, por forma a coligir informação que permita elaborar estimativas para períodos e missões futuras e a aferição dos valores da despesa em função dos montantes incluídos nas estimativas já existentes;
- j. Elabora a conta de gerência do Exército de acordo com a alteração introduzida pela alínea g) do art.º 51.º da Lei n.º 48/2006, de 29Ago, no âmbito da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas;
- k. Aperfeiçoa e incrementa, substancialmente, o conteúdo da respectiva página na Intranet do Exército;

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

- l. Revê e adapta as respectivas NEP, tendo em atenção as alterações ocorridas e associadas ao processo de transformação do Exército;
- m. Desenvolve oportuna e adequada acção de comando, nos âmbitos funcional e disciplinar;
- n. Promove acções de Qualificação e Formação dos seus recursos humanos, no sentido de incrementar a sua iniciativa, coesão, motivação e confiança.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito de acção

- (1) Dirigir a Direcção de Finanças tendo como objectivos prioritários a obtenção de um elevado grau de disciplina, moral e espírito de corpo do pessoal, a eficiência na execução das tarefas e a eficácia na gestão dos recursos disponíveis;
- (2) Melhorar a gestão financeira do Exército nas suas três componentes: planeamento, execução e controlo;
- (3) Planear e realizar a execução orçamental por actividades, em conjugação com um maior rigor e disciplina orçamental;
- (4) Organizar um Sistema de Informação Financeira do Exército (SIFE) dinâmico, funcional e de acordo com o preconizado no novo Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE);
- (5) Garantir a formação atempada e adequada do pessoal afecto ao SIFE, na área do POCP, Contabilidade Analítica, Gestão Patrimonial e no âmbito do SIG/MDN;

-RESERVADO-

- (6) Simplificar os procedimentos administrativos e contabilísticos das UEO, através da centralização da contabilidade ao nível dos centros de finanças (CFin), passando as UEO a processar unicamente a recolha e registo de documentos relativos a encargos e movimento de tesouraria;
- (7) Uniformizar procedimentos e critérios de tratamento da informação financeira nos diferentes níveis de gestão, facilitando o apoio à tomada de decisão;
- (8) Aproveitar no máximo das suas capacidades o sistema de gestão documental e arquivo electrónico optimizando processos e melhorando a eficiência e rapidez do tratamento processual.
- (9) Estimular a comunicação da DFin com os CFin, procurando melhor ligação nos procedimentos e maior rapidez na execução;
- (10) Organizar a conta de gerência dando cumprimento às instruções do Tribunal de Contas,
- (11) Analisar os planos de emprego de despesas com compensação em receitas das U/E/O do Exército e os projectos dos orçamentos privativos dos Estabelecimentos Fabris do Exército e promover a sua aprovação e visto;
- (12) Promover, junto do Ministério das Finanças, a libertação dos meios financeiros para utilização do Exército;
- (13) Promover a contabilização, liquidação e pagamento de todos os vencimentos do Exército;
- (14) Exercer a autoridade técnica, no âmbito da administração financeira;

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

- (15) Assegurar a elaboração do relatório anual de actividades de curto prazo e a respectiva publicação, nos termos da legislação em vigor;
- (16) Promover a preparação e envio da informação a prestar a entidades externas ao Exército nos termos da legislação em vigor.

b. Subdirector

- (1) Assegurar a actividade interna da DFin e coadjuvar o respectivo director, substituindo-o na sua ausência ou impedimento, assumindo desde então todos os deveres e atribuições que àquele competem;
- (2) Coordenar os trabalhos de organização do Sistema de Informação Financeira do Exército (SIFE) no âmbito do POCP e do Sistema Integrado de Gestão (SIG);
- (3) Coordena a gestão da páginas da *Internet* e *Intranet*;
- (4) Acompanhar os projectos internos da DFin e sua execução.

c. Chefe da Repartição de Auditoria

- (1) Elaborar e difundir normas, circulares e outra doutrina, que orientem e apoiem o Sistema de Administração Financeira do Exército, de acordo a legislação vigente;
- (2) Rever e actualizar as circulares, notas-circulares e interpretações técnicas em vigor de acordo com RAFE e em sintonia com o Sistema Integrado de Gestão;
- (3) Fornecer os dados disponíveis na repartição para apoio das acções de Inspecção Administrativa Ordinária a realizar junto das UEO do Exército;

-RESERVADO-

- (4) Melhorar o Manual de Legislação, anexando-lhe todos os diplomas e normas nele mencionados, de modo a facilitar a consulta dos assuntos e garantir a sua actualização constante;
- (5) Apoiar as acções de auditoria a realizar pelos CFin;
- (6) Estudar o tipo de procedimentos legais a utilizar na inventariação e contabilização dos bens patrimoniais do Exército, segundo o POCP e a Portaria CIBE;
- (7) Instruir os processos para ressarcimento de despesas relativos a acidentes em serviço,
- (8) Carregar em sistema os centros de custo e de lucro após aprovação dos quadros orgânicos em falta, perfazendo toda a estrutura orgânica do Exército e de acordo com o BBP do Bloco 2.1 – Contabilidade Analítica, bem como redefinir os tipos de centros de custo, de acordo com as necessidades e especificidades das UEO e sensibilizar estas para a imputação dos custos nos centros de custo respectivos;
- (9) Apoiar um sistema de contabilidade de custos em duas unidades-piloto do Exército.

d. Chefe da Repartição de Gestão Orçamental

- (1) Centralizar e consolidar o Planeamento Orçamental, de acordo com o Plano de Actividades, com vista à elaboração do orçamento programa do Exército;
- (2) Elaborar a POMDN-E de acordo com as orientações recebidas do General CEME e do Comandante da Logística, e no respeito das instruções difundidas pelos MDN e MF;

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

-RESERVADO-

- (3) Analisar os PEV das DCCR dos diversos OCAD;
- (4) Dar cabimento às despesas e aos créditos que exigem tal formalismo;
- (5) Controlar as dotações atribuídas e executadas pelo Exército da LPM e do PIDDAC;
- (6) Elaborar relatórios trimestrais referentes ao PIDDAC;
- (7) Controlar a reserva do Exército;
- (8) Proceder às necessárias alterações orçamentais no sentido de otimizar a execução orçamental;
- (9) Proceder à elaboração do orçamento corrigido, apurando os desvios entre o OMDN-E e o realizado;
- (10) Elaborar os diversos mapas de controlo orçamental e indicadores de gestão de apoio à decisão;
- (11) Elaborar o relatório mensal relativo aos encargos das FND;
- (12) Elaborar e enviar ao MDN o relatório mensal sobre a execução orçamental;
- (13) Elaborar o PLC consolidado do Exército e efectuar a respectiva aprovação em SIG;
- (14) Gerir e manter a matriz de responsabilidades dos utilizadores do bloco 1.2 – SEM/BW;
- (15) Implementar um sistema de contabilidade de custos em duas unidades-piloto do Exército, procedendo ao levantamento do modelo de base para a repartição de custos e aferindo todas as

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-

condicionantes, para a sua integral implementação nas UEO do Exército.

e. Chefe da Repartição de Informação e de Gestão Financeira e Contabilidade

- (1) Elaborar, em coordenação com os CFin, a conta de gerência do Exército relativa ao ano económico de 2007, na forma e no conteúdo, de acordo com as instruções difundidas pelo Tribunal de Contas sobre esta matéria;
- (2) Efectuar, em SIC, os pedidos de libertação de créditos (PLC) à DGO necessários à execução financeira do OMDN-E, LPM e PIDDAC;
- (3) Transferir para as UEO os meios de tesouraria necessários à execução financeira do OMDN-E, LPM e PIDDAC, de acordo com o PLC aprovado;
- (4) Proceder ao registo de guias de reposição abatidas, não abatidas e guias de receita em SIC;
- (5) Apurar os montantes que não foram objecto de execução financeira do OMDN-E, LPM e PIDDAC para posterior entrega na FN nos prazos definidos por lei;
- (6) Apurar o IVA mensal do Exército;
- (7) Solicitar à Direcção-Geral dos Impostos, a restituição do IVA, de acordo com os processos recebidos das direcções logísticas intervenientes;
- (8) Acompanhar, em coordenação com os centros de finanças, todas as operações financeiras das UEO;

- (9) Gerir e manter a matriz de responsabilidades dos utilizadores do bloco 1.1 – ERP;
- (10) Dar cumprimento ao princípio da especialização, preconizado no POCP, pela correcta contabilização dos imobilizados adquiridos e utilização do módulo de Gestão de Imobilizado (AA) do SIG/MDN.

f. Chefe da Repartição de Apoio Geral

Prestar todo o apoio administrativo e logístico à Direcção.

(1) Chefe da Secção Logística

- (a) Assegurar a gestão correcta dos bens patrimoniais da DFin, garantindo com oportunidade e rigor o registo informático das alterações verificadas;
- (b) Elaborar o plano de actividades da DFin;
- (c) Garantir que as actividades logísticas e financeiras sejam executadas em conformidade com os respectivos programas;
- (d) Assegurar o pagamento dos vencimentos do pessoal do Exército.

(2) Chefe da Secretaria de Apoio Geral

- (a) Incrementar a utilização da aplicação de gestão documental de modo a tirar melhor partido das suas capacidades;
- (b) Propor acções com vista à motivação pessoal, para o cumprimento dos objectivos da DFin;

- (c) Efectuar o controlo da assiduidade do pessoal civil tirando partido das capacidades da aplicação de “controlo de ponto”.

g. Oficial de Segurança

(1) Quanto à segurança das informações

- (a) Adoptar todas as medidas relativas à protecção das matérias classificadas e conduzir as investigações de segurança que forem necessárias;
- (b) Aconselhar o Director sobre assuntos relativos à segurança e protecção das matérias classificadas;
- (c) Montar a segurança das matérias classificadas;
- (d) Propor a correcção de erros de atribuição da classificação de segurança;
- (e) Organizar programas de destruição de rotina de documentos desactualizados e sem interesse histórico, por forma a evitar a sobrecarga inútil dos arquivos;
- (f) Supervisionar a destruição de rascunhos, minutas, papeis químicos, cópias excedentárias e demais desperdícios, por forma a assegurar que através deles não ocorram quebras de segurança;
- (g) Planear a destruição de emergência de todas as matérias classificadas;
- (h) Efectuar inspecções de segurança com vista a verificar se são cumpridas as normas de segurança em vigor.

- (i) Instruir o pessoal em assuntos relativos à segurança de matérias classificadas.

(2) Quanto à segurança do pessoal

- (a) Providenciar no sentido de ser verificada a lealdade, de todo o pessoal, pondo em execução os procedimentos para a concessão de habilitações de segurança (credenciação) ao pessoal que, pelas funções que desempenhe, tenha necessidade de manusear, tomar conhecimento ou ter acesso a matérias classificadas;
- (b) Melhorar as condições de segurança através de um rigoroso controlo de acessos;
- (c) Manter em arquivo uma cópia dos documentos básicos de credenciação do pessoal;
- (d) Instruir o pessoal no sentido de relatar todas as anomalias ou incidentes suspeitos que possam afectar a segurança das matérias classificadas;
- (e) Dar conhecimento ao pessoal das sanções decorrentes das infracções e crimes praticados no âmbito da segurança.

(3) Quanto à segurança física

- (a) Estudar e propor medidas de protecção específicas relativas aos sectores sensíveis da DFin;
- (b) Recomendar e pôr em execução medidas de segurança relativas ao controlo de acessos às diferentes áreas classificadas;

- (c) Verificar a segurança oferecida pelos gabinetes, casas fortes ou móveis de segurança onde se guardam matérias classificadas;
- (d) Passar revista, fora das horas normais de serviço, a repartições, arquivos, arrecadações de material, etc., a fim de verificar se foram deixados documentos ou materiais classificados fora dos seus competentes locais de resguardo, se os cofres e arquivos se encontram fechados e se foram cumpridas as restantes prescrições de segurança.

4. COMANDO E CONTROLO

a. Controlo Orçamental

A efectuar pelo Chefe da Repartição de Orçamento, por actividades e por rubricas orçamentais, a partir dos registos recebidos pela DFin e através de Indicadores de Gestão de periodicidade mensal.

b. Controlo de Execução

A efectuar pelo Chefe da Repartição de Informação e de Gestão Financeira e Contabilidade, a partir da prestação de contas e através de Indicadores de Gestão de periodicidade mensal.

c. Reuniões de Coordenação

- (1) Da DFin - quinzenais;
- (2) Dos centros de finanças - trimestrais.

d. Instruções de Coordenação

-RESERVADO-

- (1) Estabelecer as ligações com os CFin, RA/DSP e CDD através do Subdirector da DFin, por forma a garantir maior eficiência dos serviços e melhor controlo dos resultados;
- (2) Desenvolver uma “cultura organizacional” orientada para o serviço e para a eficiência, por forma a “contagiar” os diferentes intervenientes neste domínio e a melhorar o desempenho funcional;
- (3) Orientar a actividade da DFin por rigorosas medidas de austeridade e economia, respeitando o binómio custo-eficiência;
- (4) Desenvolver esforços no sentido de diminuir os custos de funcionamento através de medidas de racionalidade económica, designadamente, reduzir a burocracia, reduzir os custos das comunicações, reduzir os custos de electricidade evitando gastos supérfluos, reduzir a reprodução de documentos ao mínimo indispensável necessário à formalização dos actos administrativos;
- (5) Contribuir para a valorização cultural e profissional do pessoal da Direcção de Finanças;
- (6) Comemorar o Dia da DFin em 1 de Julho, com uma cerimónia simples mas significativa do simbolismo dessa efeméride;
- (7) A presente Directiva entra imediatamente em vigor.

O DIRECTOR

JOÃO ANTÓNIO ESTEVES DA SILVA
MAJOR-GENERAL

Directiva|DFin|2008

-RESERVADO-